



O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA L2 DO ALUNO SURDO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

1 **Regiane Cristina de Oliveira Morais** (gigica22@hotmail.com)

2 Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suelene Regina Donola Mendonça (profa.suelene@gmail.com)

3 Orientadora: Prof.^a Dr.^a Juliana Marcondes Bussolotti (julianabussolotti@gmail.com)

RESUMO

Este trabalho descreve a importância da formação do professor para a educação inclusiva, está alicerçado sobre a legislação vigente direcionada aos alunos surdos, visando contribuir com sua inserção social e inclusão escolar garantidos pela Declaração de Salamanca, a Lei 10.436/2002, entre outras. Pretende demonstrar a necessidade do docente estar preparado para receber alunos surdos em sua sala de ensino regular, num contexto, muitas vezes, em que a língua portuguesa é considerada a segunda língua pelo surdo. Nesse sentido, há que se respeitar a primeira língua desse aluno, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), bem como as particularidades presentes no ensino dessa língua. A mediação do professor torna-se fundamental no ensino da língua portuguesa na modalidade escrita, mas não se deve perder a identidade que a língua de sinais carrega para tornar o surdo um cidadão autônomo nas relações humanas proporcionando a interação com a comunidade escolar. Este artigo, parte da pesquisa de mestrado da autora, apresenta uma abordagem qualitativa e contou com a participação de 17 estudantes surdos matriculados no Ensino Médio de um município do Vale do Paraíba. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas. Evidenciou-se a necessidade de oferecer uma educação bilíngue para os alunos surdos, para que dominem tanto a língua de sinais como desenvolvam o aprendizado da escrita e da leitura, por meio do estudo de textos, para ampliar sua comunicação na modalidade escrita da Língua Portuguesa. Deste modo atendendo e cumprindo os principais direitos e necessidades dos surdos com uma mediação mais eficiente e eficaz por parte do professor. Este docente estará mais preparado para lecionar para esses alunos, principalmente se tiver uma formação inicial que contemple uma prática pedagógica para a Educação Inclusiva, alicerçado no direito humano universal de acesso à educação básica.

Palavras - chave: Professor; Comunicação; Alunos Surdos; Educação Bilíngue; Direitos.

ABSTRACT

This paper describes the importance of teacher education for inclusive education, based on current legislation aimed at deaf students, aiming to contribute to their social inclusion and school inclusion guaranteed by the Salamanca Declaration, Law 10.436 / 2002, among others. The purpose of this research was to demonstrate the need for the teacher to be prepared to receive deaf students in their regular classroom, in a context where the deaf often consider the Portuguese language. In this sense, it is necessary to respect the first language of this student, the Brazilian Language of Signs (Pounds), as well as the peculiarities present in the teaching of that language. Faced with this reality, teacher mediation becomes fundamental in the teaching of the Portuguese language, in the written mode, without losing the identity that the sign language carries with all power to make the deaf an autonomous citizen in human relations by providing interaction with the School community. This article, part of the author 's master' s research, presents a qualitative approach and counts on the participation of 17 deaf students enrolled in the High School of a municipality of Vale do Paraíba. Data were collected through semi-structured interviews. The need to offer a bilingual education for the deaf students was demonstrated, so that they master both sign language and develop the learning of writing and reading, through the study of texts, to broaden their communication in the written mode of the Portuguese Language . In this way, meeting and fulfilling the main rights and needs of the deaf through more efficient and effective mediation by the teacher, this teacher will be more prepared to teach for these students, especially if they have an initial formation to live a pedagogical practice for Inclusive Education, Based on the universal human right of access to basic education.

Keywords: Deaf, Portuguese Language; Communication; Bilingual Education;

INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto que a surdez é apenas uma das marcas que constitui a pessoa, e que, essa condição, não define a priori, como se dará o desenvolvimento de cada um, na constituição de sua identidade, na inserção social, estando essas questões atreladas às condições e oportunidades que os mesmos puderam ter, (MENDONÇA, 2007) apresentam portanto, condições cognitivas para a aprendizagem, precisando para isso estratégias específicas para que suas necessidades sejam atendidas, possibilitando avanços em seu desenvolvimento para a inclusão escolar e social.

Contudo, há que se reconhecer sim que a surdez traz algumas especificidades na forma de ver e entender o mundo e conseqüentemente na forma como essa pessoa vai aprender. Mas, a questão biológica não pode, nem deve ser desconsiderada (VYGOSTKY,

2011). No entanto, o olhar deve estar voltado para as condições oferecidas na escola a estes alunos, para que possam apropriar-se das informações a que são expostas, pois há muitos alunos surdos matriculados no ensino regular.

Atualmente existem muitas políticas educacionais voltadas aos direitos dos surdos, entre elas, o Decreto 5.626 de 2005 que representa uma conquista importante, pois regulamenta a Lei 10.436/2002, que reconheceu a Libras como meio legal de comunicação e expressão da pessoa surda. Destaca-se no referido Decreto, o capítulo II, que dispõe sobre a inclusão da Libras como componente curricular nos cursos de formação de professores, o que pressupõe que com o ensino da Libras aos futuros professores, amplie-se a possibilidade de reduzir as barreiras impostas pela falta de comunicação entre alunos surdos e professores ouvintes.

Verifica-se que a legislação internacional precedeu as políticas públicas nacionais, deste modo garantiu o acesso e permanência de todas as crianças e adolescentes a escola, pois com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que perfilha “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei à educação” prerrogativa das normas da sociedade brasileira, que dá direito ao surdo ter acesso à educação escolar.

Os estudos de Guarinello (2007) apontaram que o acesso à leitura e escrita, facilita a interação do surdo na sociedade. Nesse sentido, ao aluno surdo deve ser garantido o ensino da língua portuguesa, na sua modalidade escrita e da Libras, como forma de possibilitar a essa população acesso a comunicação e informação, conforme prevê o Decreto 5.626 de 2005, Cap. IV.

A importância do ensino de língua portuguesa para os surdos mediada por um professor que compreenda as singularidades linguísticas do aluno surdo, se faz necessário, pois trata-se do aprendizado de uma segunda língua e conhecer como se dá essa aquisição nem sempre é tarefa fácil. Por isso, refletiu-se sobre a formação docente para interagir com esses discentes surdos respeitando sua cultura e sua primeira língua, a língua de sinais.

Diante do exposto questiona-se a necessidade da pessoa surda ter acesso a comunicação, a informação, sobre a relevância dos meios de comunicação escrita, verbal ou visual espacial na vida dos surdos para sua inclusão na sociedade e especialmente a sua inclusão escolar. A pergunta orientadora é: que influencia um professor exerce na vida de um aluno surdo incluído no ensino regular?

Este estudo baseia-se em parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, assim utiliza as entrevistas com 17 alunos surdos, regularmente matriculados no Ensino Médio em

2016, nas escolas da Rede Pública Estadual, de uma cidade do Vale do Paraíba visando discutir a formação de professores para atuar na escola com estes alunos surdos, ou seja, o papel do professor na aquisição da segunda língua.

Durante a coleta de dados para dissertação, muitos dos participantes da pesquisa relataram a trajetória escolar vivenciada por eles, na aprendizagem da leitura e escrita, destacando o papel do professor nesse processo embora esse não fosse o foco principal do trabalho. Tratar-se-á aqui sobre estas falas, pois foram frequentes durante as conversas com os sujeitos da pesquisa, expondo o papel do professor no processo de aquisição da Língua Portuguesa como segunda língua.

Nesta perspectiva, o artigo procura elucidar, a partir dos relatos dos alunos, a prática pedagógica de docentes do ensino regular. Deste modo, pensar-se-á nos desafios e como objetivam estas práticas sobre o ensino da língua portuguesa aos alunos surdos em classe, para um efetivo ensino e real aprendizagem da língua portuguesa por eles. Especialmente propor a formação dos professores para a educação inclusiva.

Segundo Gatti (2013-2014) os professores têm papel decisivo a desenvolver no contexto atual da sociedade, principalmente na educação básica, na qual atende alunos que estão em processo de formação em todos os aspectos. Por isso, discorre-se sobre a função essencial do docente em contato com alunos surdos, ou seja, numa escola inclusiva.

Portanto, esse artigo apresentará uma breve reflexão sobre a educação dos surdos e pensamentos de grandes autores sobre o papel do professor, na aprendizagem dos discentes surdos da escrita e a leitura de língua portuguesa.

1. O professor e a educação bilíngue dos surdos

O indivíduo tem experiências com o idioma usado em seu país, mais ou menos significativas, dependendo das relações que estabelece desde criança com o mundo que o cerca. Essas experiências, certamente irão influenciar na aprendizagem da língua portuguesa na escola. Para Bagno “Todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dessa língua, capaz de discernir intuitivamente a gramaticalidade e agramaticalidade de um enunciado, isto é, se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da língua” (BAGNO, 2005, p.124).

Assim, a criança surda, filha de pais ouvintes terá essas experiências com a língua de

uma forma diferente, pois os pais ao se comunicarem com essa criança, o farão a partir da Língua Portuguesa, entretanto essa língua não é naturalmente adquirida pela criança que apresenta uma surdez de graus severo ou profundo, dificultando ou impedindo que a comunicação, seja de fato, estabelecida.

Todas essas dificuldades devem ser levadas em conta no aprendizado da primeira língua dos surdos, a Libras, quando são filhos de pais ouvintes que não dominam a língua de sinais, dessa forma a escola terá este compromisso também, pois é necessário oferecer a este indivíduo uma educação bilíngue no contexto escolar, porque é seu direito já proposta nos parâmetros norteadores para a inclusão das pessoas surdas na sociedade. “O desenvolvimento de uma educação bilíngüe de qualidade é fundamental ao exercício da cidadania, na qual o acesso aos conteúdos curriculares, leitura e escrita não dependam do domínio da oralidade” (BRASIL, 2006, p. 71).

Tais movimentos e políticas públicas vêm demonstrando que mudanças começaram a modificar e transformar os paradigmas da educação do surdo no Brasil, um reflexo da teoria da filosofia do Bilinguismo (neste caso utiliza língua de sinais e língua portuguesa para educar o surdo na escola), proporcionando a tentativa de inclusão deles na sociedade, a começar da escola.

Segundo Castro (2013) “A Declaração de Salamanca imprime que “O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devam aprender juntas, onde quer que seja possível, não importam quais as dificuldades ou diferenças elas possam ter [...]” Assim, a educação inclusiva objetiva a convivência no ambiente escolar de todos, precedendo as políticas públicas brasileiras que garantem a inclusão escolar dos surdos e o respeito as suas singularidades, especialmente no aprendizado de Libras e língua portuguesa.

De acordo com a Declaração de Salamanca, o mérito das escolas inclusivas não residiria somente no fato de receber esses alunos, mas que fossem capazes de prover educação de qualidade à todas as crianças. Nessa perspectiva, o tema da inclusão escolar de alunos com deficiência foi ganhando cada vez mais destaque, gerando propostas e fortes adesões, assim como polêmicas e discussões por parte de pesquisadores (MENDONÇA, 2007, p. 14).

A despeito das singularidades da pessoa surda e pensando-se no que modificou na educação dos surdos após a Declaração de Salamanca, a surdez não deve ser vista como uma limitação para que ocorra a aprendizagem, ela torna-se apenas uma dificuldade a ser superada, percorrendo caminhos diferenciados para o processo de ensino-aprendizagem com sucesso, ou seja, cursar nova trajetória usando vários meios para atender as necessidades do aluno em suas

especificidades, sempre valorizando o potencial dos mesmos propiciando “[...] à pessoa surda a exposição a uma língua o mais cedo possível, obedecendo às fases de sua aquisição é fundamental ao seu desenvolvimento” (FERNANDES, 2005, p. 19).

Para que isso ocorra na escola, é necessário a organização do processo de ensino-aprendizagem, desde a educação infantil, para que a criança surda tenha contato com os idiomas (Libras-Língua Portuguesa) desde pequeno.

Apesar dos anseios da sociedade em relação à inclusão dos alunos surdos, o trabalho docente tem muitos desafios ainda, esse professor, muitas vezes não está preparado para, enquanto leciona para classes heterogêneas educar alunos com deficiência incluídos.

2. A Formação Docente

A profissão de professor no Brasil, a identidade e o desenvolvimento profissional docente, a sua formação inicial e continuada são temas de ampla discussão em várias pesquisas nos últimos anos. Segundo Nóvoa (2009) depois de diversos temas referentes à educação investigados e estudados nas décadas de 1980, 1990, em meados do século XXI, as pesquisas têm se voltado a figura do professor. E esta preocupação em analisar a profissão do professor torna-se pertinente, porque justifica-se devido ao papel primordial que os professores exercem na escola, na educação.

Gatti (2016) ressalta o lugar fundamental que os mestres ocupam no contexto educativo. “Qualquer que seja o tipo de relação estabelecida, e as formas dos processos educativos, o professor é figura imprescindível. Os insumos, a infra-estrutura, são condições necessárias, mas, não suficientes para a implementação de processos educacionais” (GATTI, 2016, p. 164).

Finalmente, docentes e discentes são os atores primordiais da escola, sem professor não há estímulos para o desenvolvimento dos alunos no processo de aprendizagem. Segundo Gatti (2016) “a formação dos professores, suas formas de participação em sala de aula, em um programa educacional, sua inserção na instituição e no sistema, são pontos vitais”. Por isso, conhecer e estudar a formação docente, por causa da relevância do papel essencial que eles ocupam na educação, faz-se e torna-se necessário. As colocações de Gatti e Nóvoa legitimam as ideias para se compreender que o papel do professor na educação é insubstituível.

Na contemporaneidade, faz-se imprescindível compreender alguns conceitos como: Identidade Profissional; Formação inicial e continuada; Crenças e preconceitos;

Aprendizagem dos professores; Desenvolvimento profissional e as Crises (angústias dos professores) para lidarem com a inclusão escolar de surdos.

Em síntese, o conceito de identidade profissional docente está diretamente relacionado a “uma construção do ‘si mesmo’ profissional que evolui ao longo da carreira docente e que pode achar-se influenciado pela escola, pelas reformas e pelos contextos políticos” (MARCELO 2009, p 112). Ao construir sua identidade profissional por meio das experiências ao longo da trajetória docente, basicamente vivenciando o ato de lecionar em classe, deparando-se com diversos desafios do cotidiano escolar, que nem sempre são experimentados na formação acadêmica ou na formação inicial.

Nóvoa (2009, p.15) ressalta que a “articulação da formação inicial, indução e formação em serviço numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida; atenção aos primeiros anos de exercício profissional e à inserção dos jovens professores nas escolas” acontece e que precisa de acompanhamento dos profissionais mais experientes, por meio de troca de informações entre estes, mas principalmente por uma proposta de formação continuada em serviço, que capacite para o trabalho, assim unindo uma teoria a prática.

De acordo com os estudos e pesquisas de Lacerda; Santos (2013) após a publicação do Decreto de lei 5.626 / 2005 houve a obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia, assim:

A inclusão da disciplina de LIBRAS em tais cursos demonstra uma preocupação com a formação inicial de crianças surdas, que a partir desse momento têm direito à educação bilíngue, e, para tal, o domínio da língua por parte do professor torna-se indispensável. Assim, propõe-se uma formação de professores mais atenta às singularidades e necessidades do aluno surdo (LACERDA, 2013, p. 240).

Contudo, as autoras ressaltam mais que um direito ou dever imposto por leis, a sociedade precisa refletir sobre a responsabilidade social que tem perante todos os seus membros, sejam eles ouvintes ou surdos e as leis que asseguram, garantam a inclusão escolar destes sujeitos, a capacitação docente para lecionar a estes alunos, para que estas sejam cumpridas e assim haja igualdade de oportunidade para surdos e ouvintes na escola.

Mesmo porque os professores quando ingressam na graduação já trazem sua visão da escola enquanto aluno, desta maneira está repleto de crenças e valores em relação à educação formal, que geralmente outros profissionais não têm referentes ao seu campo de atuação, pois não passaram vários anos de sua vida no ambiente de trabalho que irão atuar, diferente dos docentes que permaneceram na escola durante toda infância e juventude, depois retornaram ao

mesmo local, porém numa nova condição.

No entanto, os valores e crenças são modificadas logo que o professor realiza atividades que ajustem o desenvolvimento profissional, não apenas a reflexão ou a criticidade discursiva, mas a comprovação do novo conhecimento na prática, na utilidade, na verificação de resultados (MARCELO, 2009). Por isso, a relevância do ensino de Libras na formação inicial docente, para que o professor conheça a Libras e se capacite para se comunicar e interagir com alunos surdos, pelo menos que reconheça a língua de sinais como primeira língua destes alunos e que eles aprendem língua portuguesa como segunda língua.

Sabe-se que a mudança acontece devido ao desenvolvimento profissional, que é “uma construção do eu profissional, que evolui ao longo das suas carreiras” (MARCELO, 2009, p. 7). O docente perante a educação inclusiva contemporânea, necessita refletir sobre sua prática inclusiva, ou seja, com o aumento da matrícula de discentes surdos nas escolas, faz-se imprescindível de um preparo do docente e da escola para a comunicação em Libras, com intuito de interagir com alunos e famílias surdas.

Contudo, estudar Libras nos cursos de formação inicial docente indica um dos princípios da educação: a interação, e a comunicação. Ressalta-se o que Vigotsky (2011) difundiu em seus estudos: que o adulto tem um papel muito relevante na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo da criança, pois na teoria sócio interacionista a interação com o meio ambiente e no contexto social com o outro é que se predominam as maiores influências no modo de aprender dos alunos. Para tanto, é indispensável ao aluno surdo e ao professor ouvinte o domínio de Libras, pois somente nessa interação o docente desempenhará o seu papel de mediador do conhecimento seja ele social, disciplinares, atitudinais e emocionais, incluindo a leitura e a escrita da língua portuguesa.

Como afirma Lacerda (2013, p. 178) “A língua de sinais é sabidamente língua de constituição de sujeitos surdos e, quando é assumida nos espaços educacionais, favorece um melhor desempenho dos alunos surdos”, por isso, há a importância dos docentes aprenderem Libras, para que possam respeitar e para haver comunicação na primeira língua dos seus alunos surdos ou ao menos, que os professores conheçam as particularidades e especificidades dos surdos, os quais se expressam em Libras.

Contudo, mesmo o Decreto 5.626 de 2005, a legislação vigente que garante a presença do intérprete educacional de Libras em sala de aula, ainda assim, esse aluno surdo faz parte do grupo de alunos desse professor regente de classe ou disciplina.

No entanto, a implantação da disciplina do Ensino de Libras nas licenciaturas dá-se

prioridade às discussões voltadas para a deficiência auditiva em detrimento do conhecimento cultural e linguístico desse grupo social, os surdos, segundo Vitaliano (2010). Pouco se observa também sobre as práticas pedagógicas para a atuação em sala de aula e fora dela com alunos surdos a fim do cumprimento do currículo ano/série. É certo que todas as disciplinas passam por processos de atualização e reformulação constantes e que estar garantido em lei à obrigatoriedade dela nas grades curriculares dos cursos de licenciaturas pode ser avaliado como um progresso, porém, os resultados da pesquisa ainda demonstram esses desafios encontrados através da leitura das emendas feitas pelo estudo.

Em contraponto a este aspecto considerando a relevância do professor na educação, também precisa-se pensar na formação inicial dos docentes, que atualmente no Brasil passa por grandes transformações e muitas vezes é rudimentar, deste modo segundo Gatti:

Há quase ausência nesses cursos de formação em conhecimentos sobre o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo de crianças, adolescentes e jovens, suas culturas e motivações. De modo geral, nas ementas dos currículos das licenciaturas encontram-se, nos fundamentos educacionais, proposições genéricas que passam ao largo de oferecer uma formação mais sólida (GATTI, p.39, 2013-2014).

A autora ressalta a importância da formação dos professores numa perspectiva de respeito às culturas diversificadas dos alunos, o docente que decide por trabalhar diretamente com a inclusão, geralmente precisa ultrapassar esses padrões preestabelecidos pela sociedade aceitando e vendo no diferente uma possibilidade de desenvolvimento e aprendizagem.

3. O papel do professor enquanto mediador no processo de ensino aprendizagem de leitura e escrita da língua portuguesa para surdos

Segundo Vigotsky (1998), o adulto tem um papel muito relevante na aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo da criança, pois na teoria sociointeracionista a interação com os demais, assim se apropriando do arcabouço histórico cultural da sociedade.

Se um adulto mais experiente pode intervir e colaborar no processo de aprendizagem de um indivíduo, quiçá um surdo percorrerá com mais facilidade o processo de ensino aprendizagem na escola se tiver o acompanhamento e a intervenção de um professor que domine a língua de sinais e a língua portuguesa.

Deste modo, Vygotsky (1998) nos adverte justamente que o aprendizado e a interação com os demais são fatores muito importantes, pois “é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de

problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes" (VYGOTSKY, 1935, p.97 apud VYGOTSKY, 1998). Contudo é por meio da mediação que pode-se resolver problemas, com a cooperação de pessoas mais capazes.

Vygotsky em seu livro *A Formação Social da Mente* (1998) afirma que através da mediação se estabelece um elo, em que o signo, a atividade e a consciência interagem socialmente. Pode-se na interação com os mais experientes e por meio da troca de informações, pela convivência social no contexto escolar, os surdos tem a oportunidade de encontrar seus pares e assim existe a possibilidade de internalizar, generalizar os signos e os significantes, com a comunicação em sinais.

Todavia, Mendonça (2007) ressalta que nosso primeiro lugar de mediação, a escola, nem sempre promove a inclusão social e o desenvolvimento, a aprendizagem.

Segundo Guarinello (2009) o letramento envolve saber ler e escrever de forma eficiente em diversos contextos, sendo capaz de fazer a leitura e a escrita dos vários gêneros textuais presentes no meio social. Deste modo, esta autora fez uma pesquisa com 20 surdos universitários, ao qual se esperava que eles tivessem este domínio da língua portuguesa, porém os resultados da pesquisa apontaram que os leitores surdos demonstravam ter restrições de vocabulário, usar frases estereotipadas e não fazer uso de elementos de ligação na escrita.

Demonstrou-se nesta pesquisa de Guarinello, que apesar de os surdos frequentarem a escola, houve falhas na mediação professor – aluno e no processo de aprendizagem dos surdos, pois não conseguiram ter domínio da segunda língua como espera-se de estudantes universitários, afinal:

[...] a prática de escritura vai além do domínio formal da língua. Ela tem que ver com uma identificação do sujeito, com uma forma-sujeito “já-lá” prevista para ser ocupada e a possibilidade de, aí, ocupar essa posição específica. Não se identificar nessa posição, como autor, significa não fazê-lo nem com as coerções que esse discurso imprime ao sujeito, nem com o universo imaginário que ele supõe, cujos efeitos se sentido não são controláveis” (BALIEIRO, 2003, p. 107 APUD GUARINELLO, 2007, p.140).

O professor precisa ensinar a língua portuguesa para os surdos com o propósito de formar leitores e escritores competentes. Mas, deve-se ressaltar que um aluno surdo dificilmente aprenderá a língua portuguesa do mesmo modo que um aluno ouvinte, pois está é sua segunda língua e sendo assim, sugere-se que o professor utilize estratégias didático pedagógicas voltadas ao campo visual, para ensinar a leitura de textos.

[...] a forma como o ensino-aprendizagem da linguagem escrita é aqui compreendido

implica numa inversão dos processos tradicionalmente desenvolvidos na escola [...] antes de pensarmos a produção escrita de uma segunda língua, devemos possibilitar o conhecimento da leitura, que garantirá aos sujeitos o conhecimento do texto em sua dimensão genérica (LODI, 2013, p.177).

Deste modo, o professor desempenha função importante na formação acadêmica dos alunos surdos, pois segundo Gatti “certamente tem papel decisivo a desempenhar nesse cenário – o da possibilidade de ajudar na construção de uma civilização humana de bem-estar para todos” (GATTI, p. 35, 2013-2014), ou seja, os docentes podem contribuir para inclusão escolar e social dos alunos com deficiência, principalmente podem ser modelo de leitor e escritor competente no aprendizado da modalidade escrita da língua portuguesa para os surdos, sendo assim uma boa referência no processo de ensino aprendizagem.

O professor precisa compreender que dentro do conceito de diferença está inserida também a inclusão, já que o surdo tem uma condição própria dos demais alunos. Ser diferentes não significa não ter identidade, pelo contrário, as identidades são diferentes. E são nessas diferenças entre as identidades que encontramos as diversidades, tão necessárias para a construção da sociedade.

A diferença entre as pessoas existente na sociedade deve ser reconhecida, pois têm-se uma visão deturpada do surdo, por muitas vezes os indivíduos desconhecerem ou não tolerar a diferença. Assim, o docente deve conceber que não existe uma “simetria” quando se fala em diferentes identidades, e por isso o surdo tem o direito de ser reconhecido em suas características próprias com respeito, uma vez que a legislação das políticas públicas atuais defende essa afirmação (RANGEL, STUMPF, 2011).

Contudo, o docente precisa ter formação adequada para capacitar trabalho com o aluno surdo em classe e com todos os alunos, quer sejam deficientes, diferentes ou não.

4. METODOLOGIA

A metodologia desta pesquisa teve abordagem qualitativa, pesquisa do tipo exploratória, na qual a análise dos dados com auxílio de um software, o Iramuteq.

O estudo contou com a participação de 17 alunos surdos adultos, regularmente matriculados no Ensino Médio em escola estadual e pública, no ano de 2016, numa cidade do Vale do Paraíba. E o principal instrumento para coleta de dados foi a entrevista, que contou com a presença dos alunos surdos e da pesquisadora. E cabe afirmar que a pesquisa decorreu após autorização da Dirigente de Ensino da região e do Comitê de ética da Universidade de

Taubaté.

Depois de coletados os dados foi dado início a pré-análise, organização e a tabulação dos materiais coletados, o que resultou “num esquema preciso para o desenvolvimento das operações sucessivas e com vistas para à elaboração de um plano de análise” (FRANCO, 2003, p. 43).

Após esse período de organização dos materiais foi dado início às atividades propriamente ditas de uma primeira análise como FRANCO (2003) ressalta. Logo após utilizou-se o software Iramutec para a organização dos dados. Porque, a análise foi baseada nos léxicos mais utilizados pelos participantes da pesquisa, pois os conteúdos dos discursos eram volumosos e o uso de software otimizou o trabalho de análise de dados.

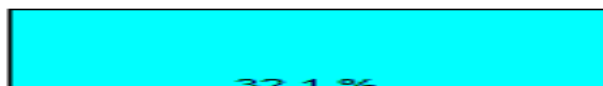
Os resultados foram organizados em classes de palavras pelo software e neste artigo científico procurou-se explorar e refletir sobre o resultado de somente uma classe de palavras, que apresentou os dados relativos a escrita do surdo, sua trajetória escolar e interação com o professor no contexto escolar.

5. RESULTADOS

A partir da classificação lexical do software pode-se chegar as seguintes inferências: dentro do Dendograma gerado pelo software Iramutec obteve-se o número máximo de termos nas entrevistas dos surdos, ou seja, cerca de 32,1 % das palavras que aparecem nos discursos dos entrevistados. Estas palavras estão diretamente relacionadas a escrita da língua portuguesa, sendo que o primeiro termo da lista é **Entender** e está grafado em letras grandes, por aparecer nos discursos reiteradas vezes. A palavra seguinte da lista é **Escrever**, ou seja, o segundo termos mais sinalizado pelos surdos em suas entrevistas.

Observando as palavras desta Classe verifica-se que elas demonstram o anseio dos participantes desta pesquisa em entender a escrita em língua portuguesa, pois as demais palavras desta classe são: palavra, português, texto, saber, Libras, entre outras. Conforme pode-se notar a seguir:

classe 3



entender
escrever
palavra
português
texto
libra
saber
língua
escrita
difícil
sinal
significado
interpretar
irmão
explicar
sim
barreira
comunicação
pedir
tudo
conhecer
sogra
compreender
como
direito
dificuldade
sssim

Fonte: Classe de palavras criada no software Iramuteq.

Observa-se que a última palavra desta classe de palavras é dificuldade, apesar das pesquisas anteriores relatarem que surdos têm muitas dificuldades para se apropriar da escrita em língua portuguesa, parecendo portanto que, estes sujeitos não têm esta mesma concepção, pois dificuldade foi o termo menos utilizado em 32,1% das entrevistas, ou seja, a visão dos ouvintes sobre o excesso de percalços que os participantes desta pesquisa tiveram para aprender a escrever não são a visão dos entrevistados. Como observa-se em alguns trechos dos discursos dos surdos:

1D. Conheço algumas palavras em português, escrevo algumas palavras e eu entendo. Aprendi as palavras de língua portuguesa porque a minha irmã, a minha mãe e as pessoas da minha família, eu as chamo e pergunto, elas interpretam em Libras e assim eu entendo. Também pergunto para os amigos surdos e para professora, ela pode explicar e eu entendo. Eles me ajudam.

2V Eu sei poucas palavras e não sei escrever um texto. Os dois, eu escrevo palavras e mando mensagens de vídeo, tudo.

5 A Eu consigo escrever sim, mas são poucas palavras no máximo de umas cinco linhas, um texto comprido é difícil estabelecer a comunicação.

10M Eu consigo entender se as palavras que tem na Internet, tem alguma palavra que eu não conheço ou se não sei o significado, eu dou uma olhada no dicionário ou eu pergunto para minha filha. O que significa ela explica para mim e eu entendi continuo observando a Internet.

Os entrevistados não pensam ter tantas dificuldades para escrever, na visão deles, nas redes sociais saber palavras é o suficiente para se comunicar por meio delas e o uso de aplicativos por exemplo. Para eles o problema maior está em escrever e ler textos,

principalmente textos longos, como indicou o sujeito 5A, o que nas conversas e troca de mensagens nas redes sociais não se exige escrita de textos extensos.

Segundo Pereira (2014) aos surdos foram ensinados na escola (em alguns lugares do Brasil são ensinados assim até os dias atuais) a língua portuguesa por meio da aquisição de vocábulos, ou seja, com a concepção da língua enquanto código. Assim, para este aprendizado ocorrer havia a introdução de palavras no princípio do ensino da segunda língua e depois se continuava o trabalho com a introdução de frases curtas para o surdo substituir palavras ou completar as frases com as palavras que estavam faltando, com o tempo eram apresentados textos curtos com frases adaptadas pelo professor ao nível de conhecimento do surdo.

Esse grupo de surdos parece não perceber que tem dificuldades para utilizar a modalidade escrita da língua portuguesa, pois foi ensinado a se apropriar da língua enquanto código e nesta concepção de língua fazer a leitura enquanto decodificar palavras é o suficiente. E também para estabelecer o mínimo de entendimento numa conversa por troca de mensagens escritas em redes sociais e aplicativos de interação, por meio de escrita de palavras se consegue fazer-se entendido e entender o que o outro quer dizer.

Deve-se ressaltar que nem todos os surdos se contentam em apenas saber palavras e que muitas vezes encontram dificuldades para o entendimento do que os ouvintes os escreveu nas mensagens de texto, que recebem no celular, como relataram dois sujeitos nas entrevistas e assim utilizam estratégias para compreender o que lhes foi comunicado.

Segundo Quadros (2006) para os surdos a língua portuguesa é significativa e uma boa forma de comunicação, pois é apresentada a estes sujeitos nos diversos espaços educacionais desde sua infância e segundo relatos dos surdos entrevistados muitas vezes utilizam a modalidade escrita da língua portuguesa para estabelecer comunicação com os ouvintes, conforme o trecho do discurso da entrevistada descrito abaixo:

13T Eu sou surda no serviço é mais rápido, as pessoas falam rápido demais e eu não sei fazer leitura labial, porque eu tenho dificuldade de aprender a leitura labial e fazer conversa com pessoas ouvintes. E só se a pessoa escrever para mim que eu consigo entender e me comunicar com eles. Por que eu só me comunico em sinais ou por meio da escrita, com quem não sabe Libras, mas eu pego e converso por meio da escrita, assim eu vou escrevendo respondendo tudo por escrito.

Desta maneira pode-se verificar que a escrita faz parte da vida desta entrevistada, assim como da vida de outros surdos, que é uma maneira eficaz de se comunicar com os ouvintes. Como a autora Ronice Quadros nos ressalta: "Entre os surdos fluentes em português, o uso da escrita faz parte do seu cotidiano por meio de diferentes tipos de produção

textual, em especial, destaca-se a comunicação através do celular, de chats e e-mails". (QUADROS, 2006, p.23).

Constatou-se nesta pesquisa, como os surdos utilizam a modalidade escrita da língua portuguesa para enviar mensagens às pessoas ouvintes da família, para amigos surdos e amigos ouvintes, também para redigir currículos e enviá-los por e-mail em busca de um emprego. Também utilizam outras estratégias quando tem dificuldades em compreender a escrita como:

5A Por exemplo, se eu quero paquerar uma mulher eu não sei as palavras, eu copio e colo tudo o que ela escreveu no Facebook e no WhatsApp eu coloco no Hand Talk, que é um programa que traduz para os sinais em Libras e consigo entender. Hand Talk aquele que transforma de escrita e para sinais, você copia e cola as frases em língua portuguesa e ele traduz, ele faz sinais e é mais fácil, eu consigo entender bem.

Portanto, para os surdos entender e utilizar a escrita é uma atividade relevante para eles, faz parte de sua vida diária. Ao utilizarem diversas estratégias para compreender o que lhes foi escrito em português, nas redes sociais e com aplicativos de interação, como o exemplo deste entrevistado, este êxito na comunicação instantânea mediada pelas novas tecnologias da informação e comunicação nem sempre foi alcançada pelos surdos, como podemos observar na educação formal, na escola.

O trecho seguinte apresenta o discurso de alguns dos participantes da pesquisa, que demonstraram que no passado havia salas especiais, referente a uma parte da história da educação dos surdos o Oralismo (que é uma filosofia de Educação dos Surdos baseada em ensinar os alunos surdos a falar, para que assim possam aprender a ler, escrever e interagir com os outros) e assim a segregação destas crianças do convívio com as demais crianças na escola, por causa deste contexto alguns dos surdos estudaram em classes separadas, as classes especiais para deficientes auditivos, quando ingressaram na escola.

1D Comecei a estudar com 7 anos, na 1ª série na Escola, com um grupo de surdos. A sala era especial para surdos, sim. Professora sabe sinais de Libras, sim. Aprendi a ler, sim. Na 1ª, 2ª, 3ª, 4ª série e acabou.

12J Eu conseguir usar o aparelho desde criança até crescer e quando adulto parei de usar o aparelho AASI. Histórias do meu passado, eu lembro da escola. No seu passado, quando era criança, minha família desde pequeno me levou para escola especial com outros surdos em São Paulo, eu não sabia de nada a b c e d, as letras, eu fui aprendendo a ler e escrever, me desenvolvendo conforme fui crescendo. Eu fui aprendendo da quinta série até na oitava série, fui estudando faz tempo. Depois eu parei de estudar.

Entretanto, apesar de os surdos e as demais pessoas com deficiência começarem a

frequentar a escola regular mesmo em classes especiais, ainda neste período da história da educação dos surdos no Brasil, infelizmente não pode considerar-se a escola como inclusiva, pois eles não cursaram as séries iniciais do ensino fundamental de 1º ao 5º ano em salas regulares como as demais crianças, mas em sala diferente (a classe especial). Todos os surdos que estavam matriculados em determinada escola estudavam juntos na mesma classe independente de idade e da série - ano ao qual estava cursando.

Talvez, por este motivo houve a defasagem idade série/ano foi verificada nos dados referentes a faixa etária dos alunos surdos adultos entrevistados, espera-se que os jovens concluam este nível de ensino até os 19 anos e apenas 13 sujeitos estão dentro desta faixa etária que tem entre 18 a 25 anos, o que representa somente 24,074% dos surdos com a idade esperada para se cursar o Ensino Médio.

A maioria dos estudantes surdos que responderam o questionário da pesquisa estavam com defasagem relacionada à idade série/ano cursando o Ensino Médio com idade superior aos 18 anos, percebe-se que a maioria dos surdos apresentam idade maior do que 18 anos e ainda permanece na escola, cursando o ensino Médio, tendo até pessoas de 55 anos ou mais estudando neste nível de ensino.

Assim, subentende-se que há defasagem relacionada a idade e série / ano, em nível de Ensino Médio, pois a maior parte dos participantes da pesquisa têm idade superior aos 25 anos de idade e ainda estão cursando este nível de Ensino ou concluíram esta etapa até 2016. Este resultado não era esperado pela pesquisadora, mas como é um dado relevante foi exposto e discutido na análise dos resultados obtidos nas entrevistas pois ilustra bem o dilema que os alunos surdos vivenciam nas escolas, na educação.

Devido, muitas vezes, a falta de preparo e capacitação bem como formação, os professores insistem em apenas ensinar palavras. Esses professores, no caso dos mais antigos, ensinavam de acordo com concepção da época, o que academicamente não foi suficiente para eles terem êxito no processo de aprendizagem e progredir como os demais alunos na escolaridade.

Segundo Mendonça (2007, p. 49) “ a educação especial sofreu várias mudanças, com a criação de classes especiais (1970) em escolas regulares e a iniciativa localizadas de inserção de deficientes em classes regulares, que culminou em proposição política de largo alcance de inclusão de alunos deficientes no ensino regular”. De certa maneira, a criação das classes especiais e estas iniciativas de “inclusão dos alunos com deficiência” segundo a autora colaboraram para a modificação nas políticas públicas e posteriormente a criação de leis, e ou

alteração na legislação para estes alunos terem direito a educação escolar, o que de certo modo garantiu o acesso à escola, mas não necessariamente o êxito no processo de aprendizagem.

Conforme afirma Bueno (2004), se, por um lado, esse modelo de educação desenvolvido nas classes especiais garantiu a um número maior de alunos o acesso à escola, por outro lado, não garantiu um ensino tão eficiente para a sua integração no ensino regular. De acordo com esse autor (1999), ao não se oferecer aos alunos da classe especial o mesmo nível de escolarização que às crianças ditas “normais”, a educação especial, também, realiza um trabalho de exclusão desses alunos sob alegação da falta de condições dos mesmos. O que se garantiu a essa população foi o direito de igualdade de oportunidade apenas no ponto de partida, mas no ensino praticamente não cumpriu seus objetivos na maioria dos casos (MENDONÇA, 2007, p. 49)

Mesmo com todas essas dificuldades e empecilhos enfrentados pelos alunos surdos na escola nesta época, a participante 13T relatou que recebeu ajuda de uma professora para aprender as palavras, como pode-se verificar num trecho de sua entrevista:

13T aprender as palavras, aprender escrever é difícil, porém que a professora me ensinava e me entendia, contudo eu aprendi ela ia me ajudando, com 7 anos eu comecei a estudar.

Este extrato da entrevista de um dos sujeitos da pesquisa demonstra a importância do professor interagir e ajudar os alunos surdos, mesmo que a docente tenha ensinado apenas palavras como tantos outros professores, a atitude de acolhimento foi relevante e fez diferença para sua inclusão escolar.

Entretanto, o que se vê nos dias atuais é que as instituições escolares nem sempre tem oferecido as condições e os recursos necessários, para que os alunos surdos possam construir esse conhecimento. Na maioria das vezes, os professores não dominam a língua de sinais e acabam se comunicando com os alunos surdos informalmente. Ou seja, com gestos ou leitura labial, nos quais os surdos precisam olhar para os lábios ou mãos do professor para entender a mensagem. Isso causa uma certa confusão para o surdo, pois os sinais das mãos são diferentes dos lábios, o que significa que não estará formando língua nenhuma (GUARINELLO et. al., 2007).

De acordo com o autor, a falta de preparo dos professores em relação a Libras acaba atrapalhando o desenvolvimento da comunicação do surdo, fazendo com que ele se veja numa situação confusa quando precisa se comunicar.

A criança surda só irá aprender a escrever ou a falar quando entrar em contato com adultos usuários e competentes nesta língua e quando tiver oportunidade de participar de atividades lingüísticas significativas. A falta de atividades

significativas com a escrita/fala impede que os surdos percebam para que serve a Língua Portuguesa e, além disso, não conseguem notar as diferenças entre a Língua Portuguesa e a língua de sinais. Somente por meio da interação entre essas modalidades de língua é que o surdo pode tornar-se capaz de apreender as diferenças e usar cada língua de acordo com suas normas. No caso específico da escrita, o surdo deve partir de experiências com a língua que já domina, em geral a língua de sinais, para construir e desenvolver a língua escrita (SVARTHOLM, 1999, SVARTHOLM apud GUARINELLO et. al. 2007, p. 3).

Nesta perspectiva, há a extrema necessidade que a criança surda tenha contato com adultos bem preparados em libras e as atividades propostas para esse aluno devem ter significado, ou seja, precisa estar de acordo com sua realidade e área de interesse, isto poderá ocorrer quando o docente tiver formação adequada para preparar estas atividades para que atendam às especificidades e particularidades dos alunos surdos no aprendizado da segunda língua e a língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente observou-se a necessidade em se conscientizar os docentes sobre a importância do aprendizado da leitura e da escrita pelos surdos, de forma diferenciada, ou seja, voltada às particularidades e especificidades dos alunos surdos considerando a Língua Portuguesa como segunda língua. E que apesar da inclusão da disciplina de Libras nos cursos de licenciatura, ainda há muito o que se acrescentar na formação inicial dos professores, para que haja mudanças significativas nas práticas pedagógicas em sala de aula.

Sugere-se que exista um novo olhar no desenvolvimento das aulas de língua portuguesa para alunos surdos, com foco no discurso do surdo, mesmo que mediado pelo professor interlocutor de Libras, que precisa se estender nas salas de aula, seja do ensino regular ou nas salas de recursos multifuncionais ou no atendimento educacional especializado, esse torna-se o grande desafio docente.

Como propostas deve-se considerar partir da aprendizagem do discurso onde há a ênfase na linguagem como constitutiva do sujeito, neste caso, o professor deve ser o mediador e estruturar esse discurso do surdo, na produção de textos e por meio da retextualização dessas produções.

A criança surda deve interagir com livros, ler rótulos, bilhetes, entre outros textos desde pequena, por meio da intervenção de adultos que fazem a tradução para libras, assim o surdo verá a utilidade de se aprender língua portuguesa, ou seja, a função social da leitura e escrita.

O caminho para ensinar esse aluno a ler e escrever precisa passar pela valorização dos textos, tendo a premissa de se trabalhar os textos como um todo, buscando fazer a leitura e por meio dela ter a compreensão da mensagem que o texto quer expressar, afinal:

O docente pode e deve conceber o discente surdo como interlocutor, que interage com os textos que lê e produz que necessariamente deve acreditar na capacidade e competência do seu aluno, no potencial que o impulsiona a desenvolver a competência e habilidade leitora e escrita, mas isso acontecerá de acordo com a sua proficiência em língua portuguesa, ou seja, o quanto e como ele está sendo exposto a esse idioma, sob a intervenção desse docente.

Se a escola se propõe a acolher os surdos com sua diversidade e entender o aprendizado da língua portuguesa como segunda língua, com certeza o surdo também começará a perceber a importância desse aprendizado quando são necessárias a leitura e a escrita de textos longos e mais complexos seja em mensagens por estes meios tecnológicos digitais de comunicação seja nos estudos ou na maior elaboração do pensamento.

O maior desafio do professor será fazer o surdo entender que precisa aprofundar sua leitura e escrita para aperfeiçoar, ampliar sua capacidade de comunicação também na modalidade escrita da língua portuguesa. Nesse contexto o professor se torna mediador do conhecimento, com o intuito de melhorar a escrita fragmentada dos surdos, usando como estratégia pedagógica.

Portanto, os docentes necessitam despertar nos alunos surdos a compreensão da função social da escrita como meio eficiente de comunicação interpessoal. Uma sugestão é usar as redes sociais e aplicativos como ferramenta pedagógica para ensinar língua portuguesa enquanto segunda língua para os alunos surdos, pois estes meios de comunicação digital fazem parte do cotidiano de grande parte destes indivíduos, como apontou parte dos resultados da pesquisa de mestrado em andamento e foi registrado, descrito no artigo científico com o tema: “ Redes sociais e aplicativos de interação como ferramenta de comunicação dos surdos” (MORAIS, 2017).

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito Lingüístico**: o que é, como se faz. São. Paulo: edições Loyola, 2005, p.124.

BAGNO, M. **Tarefas da Educação Linguística no Brasil**. UnB, 2005.

BRASIL. **Educação infantil saberes e práticas da inclusão**: dificuldades de comunicação e

sinalização: surdez. [4. ed.] – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CAPOVILLA, F.C. **O implante coclear em questão.** Benefícios e problemas, promessas e riscos. In: CAPOVILLA, F.C; RAFHAEL, W. P. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira. Vol. 2- São Paulo, SP: Edusp, Fapesp, Fundação Vitae, Feneis, Brasil Telecom, 2001.

CASTRO, R.P.C. de. **Inclusão de Crianças Surdas no Ensino Infantil da Rede Pública.** Monografia. Centro de Ensino Superior do Ceará Faculdade Cearense Curso de Pedagogia. Fortaleza, Ceará, 2013.

FERNANDES, D. **Avaliação das aprendizagens:** desafios às teorias, práticas e políticas. Cacém: Texto Editores, 2005.

GATTI, B. A. A formação inicial dos professores para educação básica: as licenciaturas. **REVISTA USP**, São Paulo. Nº 100, p. 33-46. Dezembro/janeiro/fevereiro, 2013-2014.

GATTI, B. A. Formação de professores: condições e problemas atuais. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)**, Itapetininga, v. 1, n.2, p. 161-171, 2016.

GUARINELLO, A. C. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos.** São Paulo: Plexus, 2007.

_____, A.C., BERBERIAN, A.P., SANTANA, A.P., MASSI, G., PAULA, M. A. **Surdez e letramento:** pesquisa com surdos universitários de Curitiba e Florianópolis. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília, v.15, n.1, p. 99-120, 2009.

LACERDA, C. B. F. de. SANTOS, L. F. dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** São Carlos: Ed. UFSCAR, 2013. P. 254.

LODI, A. C. B. HARRISON, K. M. P. CAMPOS, S. R. L. de. Orgs. **Leitura e escrita:** no contexto da diversidade. Porto alegre: editora Mediação, 2010. 112p.

_____, A. C. B. Ensino da Língua Portuguesa como Segunda Língua para Surdos. In: **Tenho um aluno surdo, e agora?** LACERDA, C. B. F. de. SANTOS, L. F. dos. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2013. P. 254.

MARCELO. C. **Desenvolvimento Profissional: passado e futuro.** SISIFO. *Revista Ciência da Educação*, n. 8, jan/abr, 2009.

MENDONÇA, S. R. D. **Trajetórias sócio-educacionais de adultos surdos:** condições sociais, familiares e escolares. Tese de Doutorado. PUC, São Paulo, 2007.

MORAIS, R. C. de O. MENDONÇA, S. R. D. **Redes sociais e aplicativos como ferramenta de comunicação dos alunos surdos.** ANAIS do Congresso Educere, PUC, Curitiba, 2017.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente.** Lisboa, Educa. 2009. Cap. 1 Professores: O futuro ainda demora muito tempo? P. 9 – 24.

PEREIRA, M. C. da C. O ensino de português como segunda língua para surdos: princípios teóricos metodológicos. **Educar em Revista**. Curitiba, editora da UFPR, n. 2, 2014, p. 143-157, 2014. Edição Especial.

QUADROS, R. M. **A aquisição da morfologia verbal na língua de sinais brasileira**: a produção gestual e os tipos de verbos. XI Encontro Nacional de Aquisição da Linguagem. Pontifícia Universidade Católica do RS. In Letras de Hoje, 2006.

VYGOTSKY, L. S. Interação entre aprendizado e desenvolvimento. In: **A formação social da mente**. São Paulo: Martins fontes, 1998.

VIGOTSKI, L.S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37, n.4, p. 861-870, dezembro,2011.

VITALIANO, C.R. DALL' ACQUA, Maria Julia C.; BROCHADO, Sônia Maria D. **Língua Brasileira de Sinais nos currículos dos cursos de Pedagogia das Universidades Públicas dos Estados do Paraná e de São Paulo: caracterização da disciplina**, Londrina: EDUEL, 2010.